



7€

VÍRUS

N5 *Revista política
e de ideias*

ABRIL 2014 II série

40 Anos Depois de Abril *dossiê*

FERNANDO ROSAS, ADRIANO CAMPOS,
JORGE COSTA, MIGUEL PEREZ, CONSTANTINO
PIÇARRA, LUÍS TRINDADE

25 de Abril | Mesa Redonda. Entrevista a **PAULA
GODINHO, ANTÓNIO REIS E MANUEL LOFF** por **MIGUEL
CARDINA e LUIS TRINDADE**

Alain Badiou: renovar a ideia comunista no despertar
da história **BRUNO PEIXE**

Porquê os poetas em tempos de aflição? **LEONOR
FIGUEIREDO**

+ ler, ver e ouvir

Diretor

FERNANDO ROSAS

Edição Gráfica

RITA GORGULHO

Conselho de redação

ANA BÁRBARA PEDROSA
ADRIANO CAMPOS
ANDREA PENICHE
BRUNO GÓIS
CARLOS CARUJO
FABIAN FIGUEIREDO
HUGO DIAS
HUGO FERREIRA
IRINA CASTRO
JOSÉ SOEIRO
LUÍS TRINDADE
MIGUEL CARDINA
NUNO SERRA
SOFIA ROQUE

Colaboraram nesta edição

BRUNO PEIXE
CONSTANTINO PIÇARRA
DIANA ANDRINGA
FABRICE SCHURMANS
FERNANDO ROSAS
HELENA ROMÃO
HUGO MONTEIRO
LUÍS TRINDADE
JOÃO CARLOS LOUÇÁ
JOÃO CURVELO
JOÃO MINEIRO
JORGE COSTA
JÚLIA GARRAIO
LEONOR FIGUEIREDO
MARIA JOSÉ ARAÚJO
MARIANA AVELÃS
MIGUEL PEREZ
RITA CALVÁRIO

REGISTO ERC - N.º 125486

ISSN: 2182-6781

PROPRIETÁRIO/EDITOR:

BLOCO DE ESQUERDA

RUA DA PALMA, 268 1100-394 LISBOA

TIRAGEM: 500 EX.

IMPRESSÃO:

A TRIUNFADORA, ARTES GRAFÍCAS
LDA., RUA D. SANCHO I, 36-A ALMADA

Editorial

PÁG. 03

FERNANDO ROSAS

Dossiê: 40 anos depois de Abril

PÁG. 04

Ser e não ser: Notas sobre a Revolução Portuguesa de 74/75
no seu 40º Aniversário

por FERNANDO ROSAS

Os Burgueses: 40 anos de poder e recomposição

por ADRIANO CAMPOS e JORGE COSTA

O “Duplo Poder” na Revolução de Abril

por MIGUEL PEREZ

Reforma e Contrarreforma agrária nos campos do sul

por CONSTANTINO PIÇARRA

Os 3 D da Derrota Revolucionária.

Despolitização, desideologização, desmobilização

por LUÍS TRINDADE

**Entrevista a Paula Godinho, António Reis
e Manuel Joff. 25 de Abril - Mesa redonda**

PÁG. 43

por MIGUEL CARDINA E LUÍS TRINDADE

Pensar o Socialismo Hoje

PÁG. 53

Alain Badiou: renovar a ideia comunista no despertar da história

por BRUNO PEIXE

Ler, Ver, Ouvir

PÁG. 61

Variações sobre a paternidade por FABRICE SCHURMANS

Do self-hating Jew ao elogio da dissidência por JÚLIA GARRAIO

Al-Mutamid por HELENA ROMÃO

Azagaia: quando o poder não corta a língua por JOÃO MINEIRO

Um livro sem fronteiras por JOÃO CURVELO

Os Mares do Sul por RITA CALVÁRIO

Tirar a Guerra da História por MARIANA AVELÃS

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais

por DIANA ANDRINGA

Edward Saïd e a importância das derrotas por JOÃO CARLOS LOUÇÁ

Vária

PÁG. 83

As crianças e a educação, ou a construção de novos

sujeitos políticos por HUGO MONTEIRO E MARIA JOSÉ ARAÚJO

Poesia e resistência. Porquê os poetas em tempos de aflição?

por LEONOR FIGUEIREDO

Acontece

PÁG. 95

Agenda organizada por FABIAN FIGUEIREDO





Concentração - 25 de Abril de 1974, Lisboa | Fotógrafo: Estúdio Horácio Novais

Tomando como pretexto os 40 anos do 25 de Abril, decidimos convidar os historiadores António Reis e Manuel Loff e a antropóloga Paula Godinho para uma conversa sobre as tensões políticas e sociais que atravessaram esse período histórico, o modo como a historiografia e outras ciências sociais o têm trabalhado e a forma como o 25 de Abril tem vindo a ser lido e apropriado.

MODERADORES: MIGUEL CARDINA E LUÍS TRINDADE

Luís Trindade (LT) - Começaria com uma pergunta que nos remete para a dupla condição que assumimos aqui, a de cientistas sociais empenhados na produção de conhecimento e a de cidadãos com ideias políticas. A minha primeira pergunta parte da noção de que o conhecimento social que produzimos é determinado pela natureza do acontecimento. O que é que para cada um de vocês foi a revolução e, em consequência, que tipo de historiografia acham que este acontecimento específico exige?

António Reis (AR) – Eu estou aqui numa posição singular em relação ao 25 de Abril. É que também fui ator e, portanto, é para mim um acontecimento também existencial, que me marcou profundamente. Participei na conspira-

ção, organizando uma rede de oficiais milicianos que colaboraram com os oficiais do quadro permanente no desencadear do golpe. E depois estive no 25 de Abril de armas na mão, ocupando as instalações da RTP no Lumiar. O meu primeiro olhar sobre o 25 de Abril é o do participante ativo. Só depois disso é que refleti historicamente sobre o que foi o 25 de Abril.

Nos anos 1980, mais do que os historiadores, são sobretudo os cientistas políticos e os sociólogos que refletem sobre o episódio. Lembro-me do número especial da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, por ocasião do 10.º aniversário do 25 de Abril, e a participação dos cientistas políticos e dos sociólogos aí é dominante. Será sobretudo a partir dos anos 1990 que se começa

a refletir no plano historiográfico sobre o 25 de Abril e o PREC, já com base em memórias e num conjunto mais diversificado de fontes. É nessa altura que publico *Portugal Contemporâneo* e, um pouco antes, José Medeiros Ferreira tinha feito o seu *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. É aqui, de certa maneira, que se inaugura a historiografia do 25 de Abril. Fomos pioneiros, mas hoje, naturalmente, estamos ultrapassadíssimos... Há uma nova geração de historiadores que se vem ocupando, e bem, do 25 de Abril.

Paula Godinho (PG) – Eu tinha 13 anos e a única coisa que fazia era reunir-me com os tipos no liceu, muito mais velhos do que eu, que eram do MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa). Para mim, apesar de muito nova, o 25 de Abril marca também uma rutura do ponto de vista pessoal. É um corte no tempo, que traz novas condições de inteligibilidade. Por exemplo, a Antropologia que existia anteriormente era uma Antropologia virada para a construção da nação, muito virada para dentro, e fazendo também etnografias coloniais. A Antropologia que não seguia essa linha só aparece nos anos 1960: é o caso de José Cutileiro, de Joyce Riegelhaupt... O 25 de Abril vai também representar uma rutura a este respeito: abrem-se novos terrenos e surge uma nova geração, alguns deles até então no estrangeiro, que olha para o país de outra maneira. Esse país saído da revolução torna-se fascinante para aqueles que descobrem fenómenos como o comunitarismo, que tinha sido estudado por Jorge Dias, mas agora nos formatos da etnografia do processo revolucionário. Parte-se à descoberta do povo, uma ideia que atrai também muitos antropólogos estrangeiros que vêm para Portugal estudar os limites da comunidade e as dimensões do conflito. É o caso de Brian O'Neill. Há agora uma redescoberta do rural mas já não do rural do Estado Novo. Ainda assim, continua a achar-se nos anos

1970 que o povo está nos campos. Os antropólogos não vão à procura do povo nas cidades. Só no final dos anos 1980 e já depois disso, na década de 1990, é que se vai em busca do povo das cidades.

Manuel Loff (ML) – Eu sou o mais novo dos três, tinha 9 anos no 25 de Abril. Uma das primeiras memórias políticas que tenho é a de, com essa idade, ver as ruas do meu país pejadas de magalas, como então se dizia, de soldados, e a perspetiva da guerra ser discutida na família. Lembro-me de os meus pais me dizerem, e ao meu irmão, “vocês não se preocupem, para a guerra não vão, se for preciso temos um contacto em França”. A minha memória individual é, portanto, a do fim da guerra colonial. Eu entro nesse ano de 1974/75 no ciclo preparatório e lembro-me de sermos todos miúdos hiperpolitizados. Se depois, eventualmente a partir de 1978/79, as sociabilidades voltaram a ser marcadas pelas rivalidades entre os clubes de futebol, durante esse período eram as rivalidades dos partidos políticos.

Quanto ao 25 de Abril, a Paula falou de ruturas, eu gostaria de notar algumas continuidades. A primeira: o golpe militar é um episódio perfeitamente inscrito na lógica da história contemporânea portuguesa e sobretudo na lógica dos últimos trinta anos da ditadura. O 25 de Abril surge 29 anos depois do fim da II Guerra Mundial. No caso português, o fim da II Guerra Mundial é o arranque do processo de industrialização e de um conjunto de transformações sociais que, aliás, o próprio Salazar temia. Feitas, não no final do século XIX, mas já depois da II Guerra Mundial, reúnem todas as condições para que essa rutura possa ter aberto um processo revolucionário. Neste sentido, eu não sei se as transformações que se operaram aí, se se tivessem operado em 1890, não teríamos tido no 5 de Outubro de 1910 um processo que mais ou menos tivesse antecipado o Outubro soviético. Nesse sentido, o 25 de Abril é perfeitamente lógico.

E o golpe também é lógico - por mais surpreendente que seja, meses depois do que se passou no Chile de Pinochet, termos em Portugal um exército que age num sentido completamente diferente. Mas tínhamos a guerra. A média de idades dos jovens capitães é de 32/33 anos, com uma média de dez anos de sucessivas comissões em África, mesmo não consecutivas, que cresceu com referenciais culturais, éticos e até estéticos diferentes das gerações militares que os antecederam, onde, no tédio tenso da espera do combate, se canta Zeca Afonso e outras canções proibidas.

O golpe é perfeitamente lógico e a revolução que dali sai inscreve-se numa evolução de trinta anos da sociedade portuguesa, de politização de massas, da emigração, da guerra... muitos dos processos sociais que o 25 de Abril desencadeia... é verdade que o 25 de Abril traz a igualdade entre homens e mulheres, mas também esse é um processo que começa antes. Portugal chega ao 25 de Abril com níveis de atividade feminina superior ao da Espanha e da Itália e quase ao nível da França. E ninguém fez aqui um Maio de 68... Simplesmente existiam 250 mil homens permanentemente em armas e, dos 1 milhão e 400 mil que saem do país, a sua grande maioria são homens.

Por outro lado, o 25 de Abril termina com a velha discussão de saber se os regimes liberais em Portugal conseguiam ou não ser democráticos. A democracia chegou a este país com o 25 de Abril. Temos a evidente sensação que se regride atualmente numa série de coisas mas é muito difícil voltar atrás.

JT - Foram aqui citados vários sujeitos históricos: as mulheres, os capitães, o povo... Certamente que estão de acordo que a revolução é pluriforme e muitos agentes contribuíram para ela. Gostava de saber se consideram que se deva privilegiar algum sujeito pela importância que adquiriu ao longo do processo. E, consoante a vossa escolha, que tipo de narrativa sobre a revolução se pode fazer a partir daí.

AR – É sabido que temos três correntes na historiografia portuguesa sobre o 25 de Abril. A corrente que privilegia a ação dos militares e que tem em Medeiros Ferreira o seu principal representante. A corrente que privilegia a ação das massas populares e que terá em Boaventura de Sousa Santos um dos seus representantes. E a corrente que dá mais atenção aos partidos políticos. De certo modo, insiro-me nessa corrente. Mas ressalvo que os partidos políticos atuam aqui sempre numa interação dialética com as massas populares, por um lado, e com os militares, por outro. E assim nasceram três tipos de historiografia sobre o 25 de Abril. Qualquer delas tem bons argumentos para sustentar a sua tese. Não vou aqui defender a minha dama, já o fiz noutras ocasiões, limito-me a anotar a sua existência. A historiografia do 25 de Abril não pode prescindir de qualquer destes três elementos.

PG – Uma mulher do Couço, uma senhora analfabeta que conheci com cerca de 70 anos, dizia-me que depois do 25 de Abril, depois de terem sido ocupadas as terras e surgirem as cooperativas, existiam reuniões onde votava e que se procedia a contagens. Ela dizia-me que só aí sentiu que verdadeiramente contava. O 25 de Abril foi para este proletariado do sul que ocupou terras abandonadas, para esta gente que havia crescido em ditadura, um passo importante na invenção da democracia.

Em relação aos trabalhos que vêm sendo produzidos sobre esta “invenção da democracia”, saliento o estudo de Sónia Vespeira de Almeida sobre as campanhas de dinamização do MFA, que se deslocam pelo país - sobretudo pelo país do norte, porque se entendia que o norte é que precisava de ser “dinamizado”. A Sónia Almeida fez um trabalho multissituado, em vários lugares onde passaram essas campanhas, e recolheu as memórias “pastorais” e “contrapastorais” - para utilizar a dicotomia de Raymond Williams - acerca do que era o país rural nessa altura. Por um lado, os militares



António Reis. Historiador. Professor aposentado da FCSH/U.Nova de Lisboa

que participaram nessa campanha olhavam esse país rural como dotado de uma grande pureza e onde se conseguiriam descobrir formas comunitárias que poderiam ser uma espécie de alfo-bre da democracia: aqui temos a visão pastoral, que puro que tudo aquilo era... Depois temos a visão contrapastoral: o mundo rural como um espaço subdesenvolvido que era necessário “dinamizar”. Estas campanhas foram tão marcantes que eu, aqui há anos, a visitar uma aldeia de Bragança chamada Petisqueira, percebi que a estrada que ligava essa aldeia à estrada principal se chamava Estrada das Forças Armadas, precisamente porque foi construída nessa altura e foi a primeira estrada a ligar à povoação. Em alguns casos, os militares tiveram mesmo de se socorrer de helicópteros no âmbito das campanhas de dinamização.

Por outro lado, temos as massas populares. A Inês Fonseca e a Margarida Fernandes são antropólogas que trabalharam o caso alentejano, a Margarida Fernandes a reforma agrária em Baleizão e a Inês Fonseca em Aivados, uma população com um legado comunitário forte. Ambas mostram como o 25 de Abril foi uma rutura para aquelas populações. Num dos casos, na povoação de Aivados, a população foi no dia 25 de Abril de 1975 repor os marcos da propriedade comunitária que, desde o liberalismo do século XIX, tinham vindo a ser alvo de apropriação gradual por parte dos proprietários, encurtan-

do os limites da propriedade comum. Mas a população passou aos seus filhos, aos seus netos e aos seus bisnetos os marcos originais. Com a revolução, repõem os marcos. O mais curioso disto é que, quando a Inês Fonseca vai à Torre do Tombo, descobre que os marcos reivindicados pela população batiam certo com o registo.

No que toca aos partidos políticos, os antropólogos têm também feito trabalho. No meu caso, estudei a memória comunista no Couço. Há uma parte, que está no doutoramento mas não consta do trabalho publicado, que mostra como a reforma agrária é o retomar de uma memória continuada numa povoação que desde finais do século XIX tinha formatos de organização em que uma classe se reconhecia como tal, no caso uma classe de assalariados rurais. Também viria a trabalhar mais tarde a memória da extrema-esquerda. Se esta extrema-esquerda teve uma grande visibilidade durante o processo revolucionário, como a história não se faz de instantaneidades, quando novos grupos transitam para o poder, esta memória aparece praticamente banida, por exemplo, dos manuais escolares.

Eu estou a falar de trabalhos na área da Antropologia mas é claro que o acontecimento obriga a que nos movamos em zonas de fronteira disciplinar.

IT - Eu estou inteiramente de acordo com a divisão tripartida. Aliás, o António teve o cuidado de dizer

que deveria existir uma relação dialética entre eles e tu acabaste de o demonstrar, a partir de alguns casos.

Miguel Cardina (MC) - Eu gostaria de pegar numa questão que há pouco ficou lançada e que tem a ver com as continuidades e descontinuidades que seriam observáveis na sociedade portuguesa tendo como ponto de observação o 25 de Abril. Podemos encontrar continuidades: o recurso aos golpes militares, a figura de um certo povo rural, etc. E temos descontinuidades claras, que têm aqui sido evocadas: a democracia, o reconhecimento ou a entrada na História de grupos sociais subalternizados. Que ruturas marcantes trouxe o 25 de Abril?

ML – A minha leitura é a de que o 25 de Abril se inscreve no processo de (mesmo que o termo não me agrade muito) modernização económica e social do país. Faltava a modernização política, que se dá com o 25 de Abril.

Certamente que os atores daqueles anos também não se davam conta de que a grande vaga do antifascismo, de uma certa leitura progressista da História, estava a chegar ao fim. Pouco depois, em março de 1979, Thatcher ganhava as eleições, em Portugal a direita ganha eleições, na Índia a direita religiosa ganha eleições, os islamitas tomam o poder no Irão, etc. A vaga progressista entra em crise no final dos anos de 1970. O 25 de Abril é a última tentativa revolucionária na Europa.

O momento acelera, obviamente, aspetos que vinham de trás. A politização de massas não começou com o 25 de Abril mas foi acelerada com ele. É como se a onda batesse na praia e esse tsunami agora tem tempo e tem espaço para se espalhar. Eu entro na Universidade num processo inverso, de despolitização. Lembro-me das minhas primeiras férias, aos 17 anos, por Espanha, França, Escandinávia, e tinha a sensação que se podia falar de política noutros países mas que em Portugal não se falava. Nesses anos há uma autêntica recusa de tudo o que o 25 de Abril havia significado, uma fortíssima viragem à direi-

ta que tinha até dimensões estéticas curiosas: a recuperação do casamento tradicional, a rejeição do 25 de Abril a partir de uma representação de 1793, que a burguesia fez, como se tivesse sido *o Terror*. Para mim, no Porto, no norte, - e que até nem vinha de famílias particularmente de esquerda, tirando o meu pai -, *o Terror* tinham sido os assaltos às sedes do PCP, dos partidos de extrema-esquerda, dos sindicatos. Ali, se havia *Terror*, ele era exatamente o inverso.

Quais são os atores? Os assalariados rurais do sul e do Douro. Os operários da cintura industrial de Lisboa e do Grande Porto. Mas também, não esqueçamos, os novos profissionais dos serviços. (Eu penso que aí está o centro do triunfo do Partido Socialista, que é o partido estruturador do regime. O PS é o único partido em Portugal que se reconhece nas duas datas: o 25 de Abril e o 25 de Novembro.)

Por outro lado, a revolução obrigou a que a burguesia portuguesa se assumisse quanto aos seus interesses. Como em todos os processos revolucionários. Reagiram rápido aos acontecimentos e rapidamente se articularam: escolhem os militares que querem, articulam-se com a Igreja Católica, etc.

Na verdade, a historiografia portuguesa tendeu a ler as ruturas – 1910, 1926, 1974... - a partir de um olhar lançado quase exclusivamente sobre o político. Quer se olhe para os partidos, para os militares (adicionaria também uma outra dimensão, a de uma certa historiografia das relações internacionais, que está obcecada com o papel das potências estrangeiras e com a Guerra Fria), julgo que com o passar do tempo será necessário retomar uma historiografia mais centrada no social. Eu que venho mais da história política, acho que se deve começar a olhar para o elemento da espontaneidade dos vários atores sociais.

PG – Eu gostaria de voltar ao povo... Sobre isso queria frisar três ideias. A primeira existe ainda muito difundida e que é a ideia de que povo somos todos nós, os portugueses, e que foi

esse povo-nação que fez o 25 de Abril. Depois, uma segunda noção de povo é setorial: povo são os dominados, os subalternos. Por fim, há uma outra noção de povo, convocada durante o processo revolucionário, que é a do povo como classe revolucionária. No livro da Sónia Almeida, de que há pouco falava, as três dimensões do povo estão presentes.

Em 1982, muito jovem, fiz trabalho de campo em Ifanes e ainda apanhei os estilhaços das campanhas de dinamização cultural do MFA. Pela primeira vez naquela aldeia tinham visto um filme, um filme do Buster Keaton. Quando chego à aldeia, todos os burros se chamavam Pamplinas. Isto era de facto um outro país...

AR – Eu estou de acordo com o que o Manuel Loff dizia. A rutura política é muito óbvia. É o fim de um Império de cinco séculos e é o fim de uma longuíssima ditadura. É uma rutura e uma rutura violenta, que é o que nos distingue do caso espanhol e é a marca genética da nossa democracia. No plano social e no plano cultural é mais fácil encontrar linhas de continuidade.

MC - *O 25 de Abril marca de facto uma diferença grande relativamente ao caso espanhol, que saiu do franquismo através de uma transição pactuada. E também sabemos que o 25 de Abril terminou com uma guerra colonial longa e sangrenta. Mas também é verdade que frequentemente ouvimos evocar o baixo índice de violência da revolução portuguesa. A ideia de que tivemos uma "revolução sem sangue", muitas vezes articulada com uma certa ideia da psicologia coletiva ligada a um "povo de brandos costumes". Como veem esta questão? E como veem esta leitura da violência associada ao número de mortos, ao sangue, quando eventualmente seria necessário também pensarmos aqui no que hoje se considera do domínio do interdito e que foi uma "violência" no sentido em que se transgrediu a legalidade ou a "normalidade": as ocupações de casas, de campos ou de fábricas, por exemplo...*

AR – O processo revolucionário em Portugal teve menos mortos que o processo de transição em Espanha. Penso que os partidos políticos tiveram aí um papel muito importante como organizações que vão contendo essa violência em potência. Nessa medida, acabam por conduzir a um desfecho pactuado da revolução, no 25 de Novembro. Evitámos à última da hora o banho de sangue pela forma como as forças políticas e também militares o conduziram. O contacto do General Costa Gomes com Álvaro Cunhal foi determinante para evitar que a violência irrompesse descontroladamente.

ML – Eu penso que esta amplitude que estamos a dar ao termo violência deriva, em boa medida, de uma sociedade que desde 1931, em território metropolitano português, não conhece a irrupção mais ou menos legitimada da violência (tirando a violência óbvia da ditadura) por parte de forças sociopolíticas não estaduais. Comparando o caso português com a quase totalidade dos casos europeus, Portugal é uma exceção. Isso pode ter a ver com o facto de nós não termos guerra em território metropolitano desde 1847. Ainda que o país se tenha metido na Primeira Guerra e que o período entre 1911 e 1931 tenha observado violência à esquerda e à direita. Basta pensar que os grupos de luta armada de final da ditadura têm uma contabilidade de vítimas mortais nula. Habitado que estou a comparar com o caso espanhol, aí a diferença é evidente. Em Portugal houve mais violência simbólica contra uma sociedade desigual, profundamente classista e intrinsecamente autoritária. No caso espanhol foi exatamente o inverso. A contabilidade final do número de mortos entre o Estado, grupos armados que resultam dos serviços policiais e grupos de luta armada anda pelos 600. Em Portugal, até ao fim do processo revolucionário, em 1976, Sánchez Cervelló contabilizava 16 mortos. E a proporção de um para quatro da população não dá nada disto, evidentemente. O caso português é excecional, a esse nível. E

ainda mais o é porque saímos de uma guerra colonial e há 250 mil homens em armas. O acesso às armas era fácil, e há a ideia de que as forças sociopolíticas à época tinham possibilidade de aceder às armas. Mas não as usaram. Não farei nenhum discurso psicológico barato sobre o perfil pacífico dos portugueses. Mas há uma falta de legitimidade para o uso da violência. Num espectro do espaço político, no entanto, não houve essa contenção: na extrema-direita. O recheio do sangue não existiu na extrema-direita que produziu heróis que têm estátua em Braga, como o Cónego Melo. Foi a esquerda que não usou da violência.

PG – Claro. E faltam-nos estudos sobre essa violência da extrema-direita. Eu também gostaria aqui de chamar à colação a entrevista que fiz com o António Monteiro Cardoso e Aurora Rodrigues, porque se lhe disséssemos que não houve violência ela imediatamente diria “mas atenção que eu fiz parte de um grupo de mais de 400 militantes do MRPP que foram presos...”. Que, em alguns casos, vão estar presos na cadeia com alguns pides que pouco tempo antes os tinham tido presos. É um número significativo. Eu quando assinalo essas datas no facebook aparece-me sempre alguém que esteve preso e que me relata aspetos dessa experiência...

IT - *O Manuel Ioff evocou há pouco uma certa leitura da revolução que tende a subsumir o caso português às contingências da Guerra Fria. Eu gostaria de convidar-vos a regressar a este tema, de pensar a revolução no contexto internacional, a partir de três linhas de enquadramento: em primeiro lugar, a ideia de que Portugal inaugurou uma terceira vaga de democratização mundial, logo seguido por Espanha e Grécia; em segundo lugar, a relação do caso português com os processos de descolonização; e, por fim, a participação do PREC na rebelião generalizada dos anos sessenta.*

AR – Eu julgo que tem existido uma sobrevalorização das condicionantes internacionais, e

nomeadamente das superpotências, no que diz respeito ao PREC. Não o vejo como comandado a partir de Washington ou Moscovo. Pelo contrário. Aliás, a União Soviética sempre foi bastante prudente e os Estados Unidos, até determinado momento, tiveram uma posição que se poderia descrever como “capitulacionista” relativamente ao PCP. Mais intervenientes foram as potências da Europa ocidental. Neste particular, o PS beneficiou do apoio dos partidos socialistas e social-democratas da Europa ocidental.

Sou também crítico das teorias que falam de uma vaga de democratização que a revolução portuguesa teria aberto, como se houvesse uma relação causa-efeito. Eu não a vejo. É uma leitura revisionista, que tende a esvaziar a nossa revolução do seu lado mais avançado e socialista colocando o enfoque apenas no lado democrático.

MC - *É depois existe o tema da relação entre o 25 de Abril e os chamados “longos anos sessenta”, que o Luís colocava. Parece-me que a questão pode ser vista de duas formas. Por um lado, a politização no período final do Estado Novo não é imune a alguns dos acentos contestatários que podemos observar em termos internacionais e, em certa medida, também a alimenta - basta pensar na importância que o anticolonialismo, o terceiro-mundismo, a sedução pelas lutas de libertação em África e na Ásia têm para a juventude radical da época e como Portugal está no centro disso. Por outro lado, também podemos pensar o fechamento da revolução portuguesa - e, pouco tempo antes, o golpe de Pinochet no Chile - como o “final de um ciclo”. Um aspeto muito concreto disso é a vaga de intelectuais e de revolucionários que vem na altura para Portugal em busca da promessa da revolução perdida e que um filme como *Outro País*, de Sérgio Tréfaut, retrata.*

AR – Claro, é o lado romântico do 25 de Abril.

PG – Eu conheci um casal em Nantes que quando se deu a revolução pegou nas suas bicicletas e veio para Portugal. Correram o país de bici-

cleta. Eu gostaria de pegar nisto para dizer que muitas vezes se diz que o 25 de Abril esteve na gênese do que se passou depois em Espanha, na Grécia e até na Europa de leste. Mas para muitas pessoas, como dizias, era a esperança de encontrar o que já não tinham nos seus países. Quando em França terminou o Maio de 68 e os seus resquícios iam desaparecendo, surgiu Portugal. Por outro lado, o trabalho que estou a fazer com operários maoistas no final do Estado Novo, da zona de Vila Franca, mostra que eles viviam um período em que, de facto, a juventude se unificava, mesmo contra as classes. Era possível, por exemplo, existirem pontes com a juventude universitária lisboeta, coisa que uns anos antes seria absolutamente impensável.

IT- A historiografia crítica sobre o Maio de 68 procura resgatar o momento ao seu estereótipo de ter sido uma coisa meramente estudantil, urbana, ligada aos costumes e à sexualidade, etc. Será que o inverso poderia ser feito em relação ao PRÉC? Haverá um PRÉC escondido onde há uma revolução dos costumes e uma mobilização da juventude urbana?

ML – Um dos estereótipos fortes sobre o assunto é o que diz que, perante a urgência da luta política, a extrema-esquerda e o PCP tendiam a considerar o campo dos afetos e da sexualidade como algo quase “reacionário”. Eu não tenho a certeza se isto não é algo de anedótico ou se tinha efetivamente expressão. Se olharmos para a biografia “afetiva” de quem tinha ativismo político notamos que a liberdade sexual era muito evidente.

Em termos práticos (mais do que em termos legais, salvo o divórcio e a alteração do Código Civil), a revolução sexual no mundo urbano fez-se. Em 1974-75 os casamentos dispararam, porque há 250 mil homens que são desmobilizados e muitos milhares de emigrantes, sobretudo refratários, que regressam. Mas também dispara a percentagem de crianças nascidas fora do casamento, o que era uma manifestação evidente de laicidade.

AR – Em relação ao tema dos costumes, acho que houve uma descompressão, até porque já tínhamos interiorizado antes do 25 de Abril algumas dessas mudanças. Mas é exagerado falar de uma “revolução nos costumes”.

PG – Há um filme sobre uma modista de Lisboa, *A Candidinha*, que fazia os fatos às senhoras do regime. Com a queda da ditadura as costureiras deixaram de ter clientes, muitas delas foram para o Brasil, e tinham de se adaptar à nova situação. E vemos as mulheres a negociar dentro de casa o novo papel que têm de ter no local de trabalho. Os namorados e os maridos destas mulheres de 17, 18, 20 anos não encaravam nada bem que elas tivessem reuniões e elas tinham de lidar com isso ao mesmo tempo que tinham de gerir o seu local de trabalho. Chamo também a atenção para um outro filme, que está a ser trabalhado por uma orientanda minha, Nadejda Tilhou. Os patrões franceses da Sogantal, uma fábrica de vestuário no Montijo, foram-se embora com a revolução. O filme revisita trinta anos



SERGIO ROLANDO / FLICKR

depois a memória daquelas mulheres e mostra bem o que significou para elas a conquista do espaço público.

Em relação à revisão de 1977 do Código Civil, de que se falava, ele acabará por plasmar aí o novo papel conquistado dentro dos casais pelas mulheres. Hoje pode parecer um Código pacífico mas assustou muita gente. Eu lembro-me de fazer pouco depois trabalho de campo em Trás-os-Montes e ver a quantidade de escrituras que então se fizeram para preservar a propriedade. E porquê? Essa revisão colocou o/a cônjuge na primeira classe dos sucessíveis. Antes, não havendo filhos, a propriedade passava para os pais do falecido, os irmãos do falecido, os sobrinhos do falecido e só depois é que vinha o cônjuge. A anterior versão dava uma prevalência à linha do sangue; a nova revisão dá primazia ao amor, à relação que um homem e uma mulher escolheram ter. Esta é uma alteração substancial. Na altura deparei-me com tantas doações a sobrinhos nos casais que não tinham filhos, para evitar que passasse para a linha da esposa, que de facto vi o abalo que essa mudança provocou.

MC - A leitura do 25 de Abril tem naturalmente sofrido mudanças ao longo das últimas décadas. Gostaria de saber a vossa opinião sobre o modo como tem evoluído a imagem do momento mas também qual a perceção que têm sobre as comemorações que aí se aproximam.

PT - É eu acrescento outro elemento. Como pensar e recordar um acontecimento como o 25 de Abril e a revolução que, no fundo, durou 18 meses? É pouco tempo, sobretudo se comparado com os 13 anos da guerra colonial ou os 48 anos da ditadura. Colocamos o problema da intensidade e isso, em termos da memória, joga nos dois lados: ou temos os "excessos de Abril", que é a leitura da direita; ou temos o discurso dos "verdes anos"...

AR - De facto, tivemos azar... os vinte, os trinta e agora os quarenta anos do 25 de Abril coincidem com governos de direita... A presidência

da República já anunciou um programa próprio. Mas estou convencido de que hoje há condições para termos comemorações plurais, em que cada corrente poderá evocar livremente a sua memória do 25 de Abril. É isso que eu desejo que aconteça.

PG - Eu lia recentemente um livro de Roland Castro e gostei particularmente de uma expressão: "memória paraplégica". Acho que teremos neste 25 de Abril uma leitura em que apenas metade irá mexer. A outra será remetida para o domínio das "causas perdidas", às quais aliás o Edward Said dedicou um belíssimo texto. Penso que se procurarão difundir versões consensualizadas em torno de um certo 25 de Abril anódino. Não teremos desta vez a "evolução" a substituir a "revolução" mas alguma coisa aí virá.

ML - É impossível discutir a memória do 25 de Abril sem discutir a memória da ditadura. É impossível falar do 25 de Abril sem analisar o passado com o qual ele rompe...

Para simplificar muito diria que temos três tipos de memória. À esquerda, PCP, extrema-esquerda e a parte do MFA que se sente representada na Associação 25 de Abril reconhecem-se no 25 de Abril e não no 25 de Novembro (e isto apesar de lá estarem militares que fizeram o 25 de Novembro; mas que sabem que essa memória os divide). À direita, temos uma memória que se reconhece no 25 de Novembro e coloca aí o acento tónico. E depois no centro está o PS que se reconhece nas duas datas.

Num primeiro momento, e isto prolonga-se até meados da década de 1990, a direita não fala da ditadura para falar da revolução. É um pouco aquela imagem do tempo de antena de Freitas do Amaral, em 1985, quando diz que acordou para a política com o 25 de Abril. E a campanha do Soares faz um belíssimo tempo de antena mostrando o que foram os anos sessenta, a guerra do Vietname, os Beatles, a campanha do Humberto Delgado, a campanha de 69, a guerra colonial, a politização dos portugueses, etc.,

e com a frase de fundo “acordei para a política com o 25 de Abril”. Para a direita não havia passado, só havia a revolução e a revolução era má.

QT - *É isso começa bem cedo. Quando Eduardo Lourenço escreve *O Fascismo nunca existiu* baseia-se num artigo de Marcello Rebelo de Sousa em que este descreve o 25 de Abril como uma sucessão inopinada de golpes, como se não tivesse existido nada no passado...*



Paula Godinho. Antropóloga. Professora da FCSH/UNova de Lisboa.

ML – Exato. Depois passa-se para uma fase mais marcada pelos acontecimentos a leste. Cavaco Silva diz logo em 1989-90 que a primeira pedra do muro de Berlim caiu em Portugal. Teria sido aqui a primeira batalha ganha contra o “totalitarismo soviético”, em 1975. Mais do que *comunismo*, fala-se de *totalitarismo*. Com um objetivo: é que se descreve assim a ditadura como um *autoritarismo clássico* e a revolução como uma tentativa de impor um Estado *totalitário*. Fecha-se o ciclo e a direita já pode falar da ditadura, mostrando que existe diferença entre um momento e outro. E elogiando-se o marcelismo como momento da transição, infelizmente interrompido.

QT - *Gostaria de vos convidar a um pequeno exercício de imaginação. Existe alguma obra, algum projeto, algum arquivo sobre o 25 de Abril, ou alguma dimensão da revolução que gostassem de ver trabalhado?*

AR – O meu contributo nos 40 anos do 25 de Abril será a edição, juntamente com Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, de um *Dicionário do 25 de Abril* que tentaremos que saia ainda no primeiro semestre deste ano. Terá muito provavelmente dois volumes, cerca de 800 entradas, e que ficará como uma obra de referência.

PG – Eu tenho sugerido ultimamente aos meus alunos que trabalhem utopias. Neste tempo em que nos dizem que não há futuro e que a História acabou, apetece-me chamar a atenção para isso. Até porque a utopia nos coloca em sintonia com a esperança, com o “ainda-não” de Ernst Bloch. Depois do cerco imenso em que todos os cientistas se encontram, em que é cada vez mais difícil investigar, quero incentivar os jovens a pesquisar e este é um dos caminhos que me parece relevante.

ML – Eu estou a dirigir um projeto sobre Estado e memória, sobre o modo como o Estado português nos últimos 40 anos descreve a ditadura e produz discursos sobre isso. Somos dos raros países com ditaduras até aos anos 1970 que não tem museus nacionais sobre a resistência – tem um museu municipal e outro, também municipal, que será construído em Lisboa – e também não tem forma de documentar a memória da espontaneidade na Revolução. Fomos habituados a pensar que existiam atores centrais da revolução e que depois as massas obedeciam. É a visão das elites, impacientes com o povo desqualificado, feio, pouco saudável, onde só se aproveitavam os emigrantes, contra o qual se estampam todas as reformas, etc... É evidente que os partidos, a igreja, os grupos determinaram muitas ações. Mas revela-se uma dose grande de espontaneidade, de voluntarismo, nas ações em muitos casos desrotinizadas – as costureiras de que falava há pouco a Paula, por exemplo. E nós ainda não documentámos isso. Os mais jovens que participaram no processo revolucionário estão agora a chegar aos 60 anos. Temos mais dez ou vinte anos para o fazer.